

# Repensar Brasília é uma tarefa prioritária

JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA

- 4 MAI 1986

CORREIO BRASILENSE

Com um quarto de século, impõe-se o reexame do Distrito Federal. Faço um ano de governo no tempo do Jubileu de Prata, com a consciência de que é prioritária a tarefa de repensar Brasília.

Muitos dos fundamentos democráticos da Nova República encontram-se na histórica luta pela transferência da capital para o centro geográfico do País, reivindicação nacional desde a Inconfidência Mineira. Os constituintes de 1891 inscreveram o compromisso mudancista na Carta republicana e todas as nossas Constituições seguintes (exceção para o Estado Novo) repetiram o artigo, até que o fundador Juscelino Kubitschek — com o Plano Piloto de Lúcio Costa, Israel Pinheiro e o desenho de Niemeyer — construiu Brasília, no coração do Planalto Central.

Inicialmente, mais que uma idéia, a mudança era sonho: de Dom Bosco, que antevia nova civilização entre os paralelos 15 e 20; de Afonso Arinos, o velho, em "Pelo Sertão", descrevendo o buriti perdido, testemunha sobrevivente do drama da conquista, e sonhando em torno dele a cidade do futuro, a metrópole sertaneja.

Esses sonhos ganharam a moldura de veemente polêmica no Congresso Nacional e na imprensa. A discussão embasava-se em duas concepções, uma de natureza dinâmi-

ca, e outra de sentido conservador. Havia os que preconizavam a ocupação dos espaços vazios do Centro-Oeste, abrindo caminho para a integração do Norte-Nordeste. E, isto, na linha de uma resposta à observação secular de Frei Vicente, que criticava a nossa vocação de arranhar o litoral como se fôssemos caranguejos.

A outra visava a manter o Governo afastado do povo. Já em 1810, o conselheiro Cardoso de Oliveira pregava a fixação da capital em lugar, como dizia, "são, ameno, aprazível e isento do confuso tropel das gentes indistintamente acumuladas". O senador Virgílio Damásio, 81 anos depois, defendia a transferência com o mesmo argumento de que a sede do Governo "não fosse uma cidade populosa, onde avulta a linha social, constituída por massas nas quais infelizmente não penetraram a instrução e a educação cívica". E que poderiam ser — acrescentava — uma arma, uma alavanca poderosíssima nas mãos de agitadores.

Idênticos conceitos, com pequenas variações, são encontráveis em juristas como João Barbalho, quando afirma que as grandes cidades não convêm para a residência do Governo e lugar de reunião do Congresso, que nelas ficam muito expostos à influência de poderosos interesses ligados à "pressão das grandes massas populares".

Em suma, o que se pretendia era limitar o Distrito Federal. A tentativa de repetir Washington na cultura tropical fracassou pois não foi possível pacificar os conflitos entre a formulação teórica e a realidade política. O problema começa com o Ato Adicional de 12 de outubro de 1834, na grande medida descentralizadora sem a qual talvez tivesse sido impossível manter a unidade do Império. Criou-se então um Município Neutro, destacadado da Província Fluminense.

Afonso Arinos de Melo Franco ensina que a criação desse município especial, inspirado no Distrito Federal norte-americano, foi o reconhecimento da maturidade política, numa fase em que o surto literário empolgava o Brasil. Vários episódios, entre eles a ativa participação do Rio nas lutas da Independência, conduziram Dom Pedro I a reagir contra os abusivos interesses da Coroa. Veio a renúncia e com ela as tentativas de garantir governos fechados, mantidos em recintos fechados, onde não cheguem as vozes das ruas.

Não foi essa a concepção que prevaleceu entre os construtores de Brasília. Aqui se pretendeu criar novo pólo de desenvolvimento e de integração nacional. Mas no ponto de vista demográfico, as projeções feitas no Plano Piloto logo se esborçaram de encontro a uma série de circunstâncias.

O mandamento constitucional da mudança limitou as pranchetas ao projeto de uma cidade cuja população deveria alcançar meio milhão de habitantes no ano 2.000. Isto foi demolido, rapidamente, pelos fatos. Basta dizer que vivem nas cidades-satélites e no Plano Piloto mais de um milhão e 600 mil e que, dentro de 14 anos, pela estimativa da ONU, esse número deverá atingir a casa dos quatro milhões. Ou seja, um aglomerado urbano que, nos dias de hoje, só estaria abaixo do Rio e de São Paulo. E o mais grave é que o GDF pouco pode contra esta realidade. A causa do problema não está em Brasília, pois o crescimento demográfico exagerado e imprevisível reflete uma das distorções dramáticas da sociedade brasileira, a extrema desigualdade econômica entre as regiões. A Capital da Esperança, na expressão de Malraux, recebe os efeitos como moderno centro de atração para muitos migrantes, sobretudo os nordestinos, que antes tomavam o rumo de São Paulo. Hoje, no Plano Piloto residem apenas 25 por cento da população, enquanto os outros 75 por cento vivem nas cidades-satélites, em precárias condições, como se fossem a anti-Brasília.

Essas cidades-dormitório (que já lembram a baixada fluminense) se defrontam com problemas de segurança pública, de saneamento básico, de moradia, escolaridade,

saúde pública, desemprego e transporte coletivo. Em Ceilândia, Taguatinga e Gama, por exemplo, há um déficit de 100 mil casas, com o deprimente espetáculo de 5, 10, 15, 20 famílias amontoadas no mesmo lote e convivendo com uma mesma fossa.

E as precárias condições de existência estão agravadas por dificuldades relacionadas com o transporte coletivo. Esse problema surgiu da decisão de retirar as favelas criadas em torno dos canteiros de obra, transferindo e estimulando assentamentos fora da área metropolitana. O resultado é o problema das tarifas, singularmente caras, devido às grandes distâncias percorridas, sem que haja, nos trechos intermediários, passagens a tomar, já que eles saem diretamente dos seus núcleos para a cidade-matriz.

Tais são alguns dos mais cruéis e momentosos problemas com que se defronta meu Governo, e sem cuja solução o sonho dos inconfidentes, de José Bonifácio, o Patriarca, do primeiro Afonso Arinos, dos constituintes de 1891 e de Juscelino Kubitschek vai ser convertido em novo e imenso pesadelo no terceiro milênio.

Juntamente com essas questões econômico-sociais, existe a necessidade de resgatar o Plano Piloto. Ele vingou e já tem memória. Ao lado das medidas para recuperá-lo de descaracterizações e desfigurações, é hora quase retardatá-

ria de reavaliar a cidade na perspectiva do ano 2.000. Deus nos concedeu a graça de contar ainda agora com a colaboração de Oscar Niemeyer, de Lúcio Costa e de Burle Marx, todos eles no pleno vigor de sua capacidade. Nos termos de convênio já em fase de assinatura, o GDF e a Universidade vão convidar os artistas construtores, autoridades nacionais e representantes de Brasília para um diagnóstico da atualidade e do futuro da cidade, o que definirá inclusive desapropriações recomendadas por engenheiros de trânsito.

Por outro lado, com rigoroso respeito ao meio ambiente, o governo tem ainda de desenvolver as atividades industriais do Distrito Federal, de modo a criar empregos, aumentar os recursos próprios e reduzir a dependência financeira do GDF. E é preciso integrar verdadeiramente o território federativo na região geoeconômica, onde se concentram cerca de 100 municípios goianos e 11 mineiros.

O equacionamento de todos esses problemas acha-se definido no I Plano Trienal e vai depender muito do grau de autonomia do Distrito Federal.

Brasília sofre cerceamento ampliado em relação ao Rio, quando ali tinham sede os poderes da República. A Carta de 1967 deu ao Senado a competência de discutir e votar projetos de leis sobre matérias tributárias e orçamentárias, serviços públicos e pes-

soal administrativo do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, o chefe do Executivo continua a ser indicado pelo Presidente da República, cujo nome se submete à aprovação do Senado, com singela e inconsequente modificação: o antigo prefeito tem o título de governador.

A emenda Mauro Borges assegurou representação no Congresso com três senadores e oito deputados federais. Mas o Distrito Federal permanece sem Câmara de Vereadores, sem qualquer influência orgânica nas deliberações oficiais, sem Assembléia Legislativa, portanto em situação de minoridade política. Tancredo Neves, saudoso e eterno presidente, afirmou um dia: "Já convivi com pessoas cassadas; no entanto, conheço apenas um caso de cidadecassada — Brasília".

Tudo demonstra a importância restauradora da representação política, que será eleita em 15 de novembro. Ela não basta porém. É necessário garantir ao brasileiro, por intermédio de órgão legislativo próprio, a competência de discutir e votar os projetos de seu interesse, hoje atribuída ao Senado, assim como o direito de eleger seus governantes.

E nesse sentido que trabalhamos, esperando que a Assembléia Nacional Constituinte convocada pelo presidente José Sarney assegure a plena autonomia do Distrito Federal.